

**Impresso
Especial**

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.33, n.9-10, setembro/outubro 2011

sumário

- 3 AJUSTES NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA
Gilmar Mendes Lourenço
- 6 NOVO CICLO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 11 O MERCADO BRASILEIRO DE CAMINHÕES
Guilherme Amorim
- 13 A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E EMPREGO NA INDÚSTRIA PARANAENSE EM 2011
Ricardo Kureski
- 15 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Uma avaliação preliminar das medidas anunciadas no segundo semestre de 2011 pelas autoridades brasileiras permite perceber uma inclinação à introdução de modificações relevantes, ainda que desprovidas de maior articulação e, em alguns aspectos, de consistência técnica, no arcabouço da política macroeconômica ancorada, desde 1999, no tripé formado por câmbio flutuante, superávit fiscal primário e metas de inflação. Para alguns analistas, adeptos da linha desenvolvimentista, essa alteração de postura representaria uma ruptura com a orientação implementada desde 1994.

No campo da macroeconomia, a sinalização de recuo dos juros pelo Banco Central (BC) – em um ambiente de acentuada desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial e de queda das cotações das matérias-primas minerais, metálicas e alimentares –, ajudada pelas apostas de maior responsabilidade fiscal e recuperação da poupança pública, resumidas no compromisso de superávit primário de 3,1% do produto interno bruto (PIB), propicia a montagem de um cenário de maior tolerância com as pressões inflacionárias de curto prazo em favor da sustentação da demanda agregada, mediante o dinamismo do mercado de trabalho e do investimento.

Até porque parte expressiva da inflação brasileira é absolutamente insensível à direção e intensidade da taxa básica de juros (Selic), caso das *commodities*, precificadas internacionalmente, e dos serviços, livres da competição dos importados. Não bastasse isso, a compressão dos juros aliviaria os dispêndios com a rolagem da dívida pública e abriria flancos para a majoração dos investimentos.

Pela ótica do tecido produtivo, ao acatar a tese de ocorrência do fenômeno da desindustrialização, resultado da conjugação entre a concorrência predatória exercida por outras nações e o câmbio sobrevalorizado – determinado pelo diferencial entre juros internos *vis à vis* os internacionais e pela apreciação dos termos de troca do País no comércio internacional –, o governo vem delineando o retorno de práticas protecionistas, baseadas em incentivos e restrições de natureza tributária.

Mais especificamente, houve a decisão de maximizar (em 30 pontos percentuais) a cobrança do imposto sobre produtos industrializados (IPI) nas compras de automóveis feitas no exterior, por montadoras com grau de utilização inferior a 65% de peças nacionais ou provenientes dos países do Mercosul e do México – áreas objeto de acordo automotivo e que representam 70% das compras externas de veículos efetuadas pelo Brasil.

Rigorosamente, a perda de espaço das atividades fabris pode ser atestada pelo recuo da participação do setor secundário no PIB total, pela diminuição do peso das manufaturas no valor das exportações e pela troca da produção doméstica por importações em vários ramos, desde os fabricantes de peças, partes e componentes até os produtores de bens de consumo.

Ressalte-se que a tendência do real forte não foi neutralizada com as aquisições expressivas de dólares feitas pelo BC, com a extensão do imposto sobre operações financeiras (IOF) ao ingresso de capitais de curso prazo e as transações com derivativos cambiais. A depreciação da moeda brasileira, verificada em setembro de 2011, reflete um movimento de recomposição dos ativos denominados em dólares em escala planetária, como decorrência da exacerbação das expectativas negativas quanto aos rumos da economia mundial.

Contudo, ainda que a busca de restauração dos procedimentos de preservação do mercado interno para as companhias atuantes no País possa ser tolerada como um dos objetivos gerais de um projeto de desenvolvimento, sua aplicação no caso brasileiro tem-se revelado seletiva e desalinhada da política industrial do governo Dilma, anunciada em agosto de 2011 e denominada de Programa Brasil Maior, que tenciona incentivar as fábricas a assumir compromissos de ampliar a nacionalização dos produtos e a eficiência energética da produção.

O mais gritante, porém, é que o regresso da propensão protecionista expõe carências apreciáveis no diagnóstico das causas da invasão de bens importados no território brasileiro,

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

especialmente o flagrante hiato de produtividade entre o parque operante no País e o de seus principais parceiros comerciais. Tanto é assim que inferências de organismos internacionais apontam que a produtividade do trabalhador brasileiro cresceu 2,0% ao ano, no quinquênio encerrado em 2010, contra 6,0% a.a. dos emergentes, liderados pela China (10% a.a.). No mesmo intervalo, o rendimento físico médio da mão de obra brasileira caiu de 30% para 20% da americana.

*O regresso do protecionismo no Brasil
expõe lacunas relevantes na interpretação
das causas da invasão de importações*

Em idêntico sentido, indicadores construídos a partir da Penn World Table, uma base de dados do Centro para Comparações Internacionais de Produção, Renda e Preços, da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, revelam que o Brasil estaria em 130º lugar, em uma amostra de 150 países, em eficiência da mão de obra, ficando à frente apenas de alguns africanos como Costa do Marfim, Malawi, Somália, Camarões Togo e Zimbábue, e de latino-americanos como Paraguai, Venezuela, Nicarágua e Haiti.

A reversão estrutural dessa desvantagem exigiria o emprego de dois conjuntos de providências: um de base e outro caracterizado como remendo. De um lado, surgem os mecanismos dirigidos à multiplicação dos ganhos de eficiência e, de outro, os expedientes típicos de estratégias de defesa das fatias da demanda doméstica aos produtores já estabelecidos.

A primeira saída integraria uma política industrial ativa, reproduzida em um programa de incremento da competitividade da indústria nacional, com maturação em médio e longo prazo, fruto da indução à formação de parcerias entre instituições de pesquisa e organizações produtivas, e do estímulo ao aumento qualitativo da educação básica e profissionalizante.

Nessa perspectiva, vale sublinhar que a combinação entre o empurrão à modernização e inovação – dado pelo governo Collor, em 1990, quando, ao comparar a produção brasileira a carroças, promoveu o rebaixamento do imposto de importação (II) –, os incentivos fiscais e o acréscimo do crédito, estaria na raiz do salto na produção de veículos no País, que passou de 860 mil unidades em 1991 para 3,4 milhões em 2010, e da integração ofensiva de algumas cadeias produtivas operantes no Brasil com o estado da arte na frente internacional.

A segunda condição, preferida pelo governo brasileiro e conhecida como a barreira dos impostos, é satisfeita por intermédio da elevação das alíquotas dos IIs e/ou da diminuição da carga tributária incidente sobre a produção interna. Seus impactos são praticamente imediatos, por conta do encarecimento dos preços dos produtos importados diante dos nacionais e da recuperação, via incentivos fiscais.

Sintomaticamente, há a recomposição das margens de lucro sobre a realização da produção interna, o que favorece os ganhos reais de salários dos trabalhadores dos segmentos incentivados (entre 7,0% e 13%, quando incorporadas as participações nos resultados somente em 2011), em patamares superiores à evolução da produtividade, em determinados casos, o que, em última instância, prejudica o consumidor final.

No entanto, a maior fonte de perturbação do freio às importações via IPI repousa no flagrante privilégio a uma divisão industrial concentrada em corporações multinacionais, refratária à concorrência externa, já suficientemente blindada com benesses fiscais, inclusive na importação.

Mais que isso, o parque automotivo exibia robustos planos de investimentos e, provavelmente, exagerou na programação de produção e de vendas, atrapalhada pelo vigoroso ingresso de fabricação estrangeira, beneficiada pelo câmbio apreciado e pelos ingredientes desleais predominantes no comércio internacional. Esse constrangimento gerou a acumulação de estoques, a interrupção das linhas de montagem e a concessão de férias coletivas compulsórias.

A deliberação do governo também facilitou a restauração das margens de rentabilidade das companhias, comprimidas com o acirramento da concorrência dos importados e a recente elevação dos custos da mão de obra, decorrente da proliferação de conquistas de reajustes reais de rendimentos nos dissídios coletivos, principalmente dos metalúrgicos do ABC paulista.

É prudente lembrar que a marcha protetora pode atrapalhar as filiais brasileiras na disputa por definições das matrizes quanto à escolha de locais para a implantação de unidades de pesquisa, que contemplam variáveis objetivas como despesas com o fator trabalho, infraestrutura, fardo burocrático e tributário e ambiente de negócios e tecnológico, que, por sinal, apresentam enorme grau de debilidade.

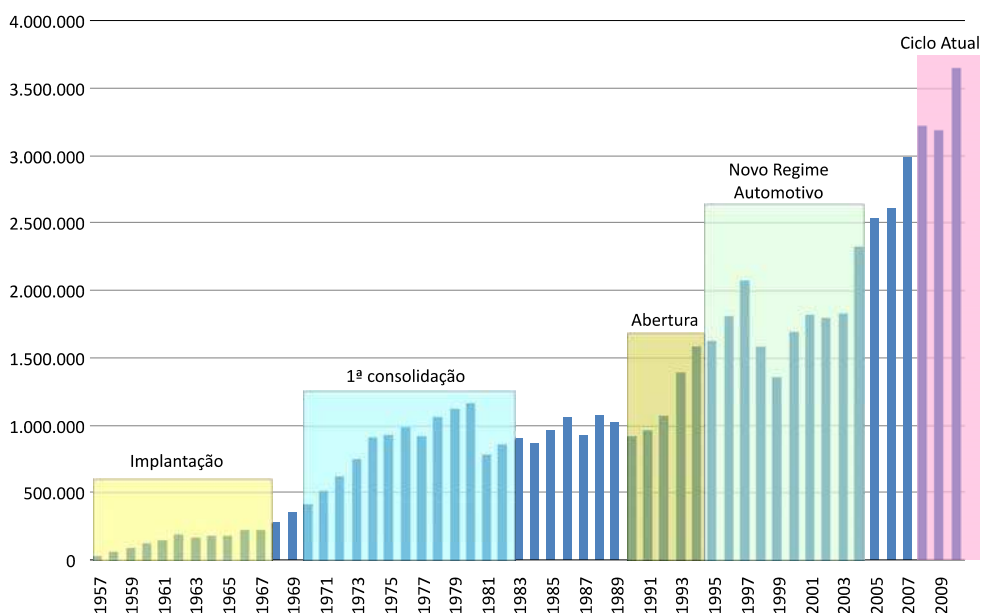
A título de exemplo, simulações realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que o Brasil investe menos de 20% do necessário em rodovias, o que corresponde a 0,3% do PIB contra 3,4% da média das nações emergentes. Nessas condições, o afastamento de risco de colapso impõe a quintuplicação das inversões entre 2012 e 2017.

NOVO CICLO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL

Fernando Raphael Ferro de Lima*

O Brasil encerrou 2010 como o sexto maior produtor de veículos do mundo, com cerca de 3,64 milhões de automóveis fabricados. Ademais, o país se tornou o quarto mercado consumidor do planeta, superado apenas pela China, EUA e Japão, ultrapassando inclusive a Alemanha. Esta situação, que parecia inalcançável há cerca de dez anos, tendo em vista as incertezas quanto ao futuro do país, motivou um novo ciclo de investimentos na indústria automobilística, que inclui, além dos automóveis, caminhões, ônibus e tratores. Este pode ser considerado o segundo ciclo de expansão desta indústria desde a abertura comercial nos anos 1990, e o quarto desde a implantação da indústria automobilística no Brasil nos anos 1950 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - FABRICAÇÃO DE AUTOVEÍCULOS NO BRASIL - 1957/2010



FONTE: ANFAVEA

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Para compreender melhor esta periodização, é necessário resgatar a história do processo de implantação dos fabricantes de automóveis, caminhões e maquinário agrícola no país, que se iniciou com a criação do Grupo Executivo da Indústria Automotiva (GEIA), em meados da década de 1950. Este grupo ficou responsável por coordenar a implantação das primeiras fábricas de automóveis, utilitários e caminhões no País. Inicialmente, instalaram-se a Volkswagen, DKV-Vemag, Simca, Ford, General Motors, Mercedes Benz, Toyota e Scania-Vabis. Além destas, foi criada uma estatal para a fabricação de automóveis, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que passou a produzir caminhões Alfa Romeo sob licença desta empresa.

Esta primeira fase da indústria nacional foi marcada pela pequena escala da fabricação, com a introdução de modelos de baixo custo, geralmente defasados em seus mercados de origem. As empresas que se instalaram se beneficiavam de vantagens tributárias e de um mercado protegido da concorrência externa pelas barreiras de importação. Contudo, os produtos apresentavam uma qualidade relativamente baixa, e a inexistência de fornecedores locais com capacitação técnica satisfatória levava as fábricas a incorporar diversas etapas de fabricação que fora do país já eram terceirizadas. A produção total da indústria ficou abaixo de 100 mil unidades durante uma década.

* Geógrafo, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Esta situação começou a se alterar a partir do segundo ciclo de investimentos ocorrido no Brasil, que se deu já no período do regime militar, durante o “milagre econômico”. As empresas ampliaram a fabricação e as vendas, atendendo a expansão da classe média brasileira neste período. Ocorreram diversas fusões e incorporações no mercado interno, refletindo a reestruturação da indústria automobilística no plano mundial. A General Motors passou a produzir automóveis de passeio; a Volkswagen adquiriu a DKV-Vemag e a Ford ampliou sua linha de automóveis, através da aquisição das operações da Willys Overland, um dos maiores fabricantes do País na época.

Outras marcas entraram no mercado nacional, como a Dodge, do grupo Chrysler, incorporando a Simca, e a Fiat, através da aquisição da Alfa Romeo, que pouco antes havia assumido as operações da FNM. Foi com a Fiat que, pela primeira vez, a indústria automotiva se espalhou além do eixo Rio-São Paulo, instalando-se em Minas Gerais. Outras empresas seguiram o exemplo, como a Volvo no Paraná e a Agrale no Rio Grande do Sul, já nos anos 1970 e 1980. Com todas estas transformações, o País atingiu uma capacidade de produção próxima de 1 milhão de unidades, sendo que o mercado manteve este patamar de vendas até os anos 1990.

Esta relativa estagnação é explicada pela crise advinda do segundo choque do petróleo e pelas turbulências econômicas dos anos 1980, com seus sucessivos e ineficientes planos para controlar a inflação, que corroía o poder de compra da ainda restrita classe média brasileira. Além disso, houve estagnação do crédito e contração dos prazos para financiamentos, o que limitou ainda mais a aquisição de automóveis. Diante desta retração, o grupo Chrysler encerrou suas atividades no País, vendendo sua participação para a Volkswagen, e vários pequenos fabricantes nacionais, como a Gurgel e a Puma, enfrentaram dificuldades que resultaram em sua posterior concordata.

No começo da década de 1990, a proibição à importação de automóveis foi suspensa, num processo de abertura do mercado nacional que afetou diversos setores. Mas a concorrência com os veículos importados só ameaçou a indústria automobilística implantada no País a partir de 1994, quando a introdução do Plano Real proporcionou a estabilidade nos preços e o aumento do poder de compra da população por meio da paridade com o dólar, proporcionando grande elevação das importações de veículos.

A estruturação do Mercosul também favoreceu uma mudança qualitativa na produção de veículos no País, impulsionando um novo ciclo de expansão da indústria, que permitiu a complementação entre as cadeias produtivas do Brasil e da Argentina. Este ciclo de investimentos foi pautado ainda pela implantação do Novo Regime Automotriz (NRA), uma política industrial de atração de investimentos e incentivo à inovação da indústria automobilística. Esta política colocou o País em igualdade de condições com a Argentina, no que diz respeito à atração de investimentos, e funcionou, de certa forma, como uma revisão do processo de abertura comercial de 1991. O NRA adotava como principais medidas:

- a redução de 90% do imposto de importação (II) para máquinas, que passaram a ter alíquota média de 2%;
- a redução de 85% até o ano de 1999 das alíquotas de importação de matérias-primas, partes e peças para todos os fabricantes de veículos, tratores, reboques e similares, incluindo ainda o setor de pneumáticos, chegando a uma alíquota de 8% no final do período;
- a isenção de 50% da tarifa do II (no momento inicial redução de 70% para 35%) de veículos prontos para as montadoras que se dispusessem a aderir ao NRA; até o fim do regime, a alíquota deveria chegar a 20% para todos os importados, sem discriminação de origem (montadoras instaladas no Brasil ou não);
- índice de nacionalização de veículos fixado em 60%, o mesmo da Argentina, considerando como locais peças feitas nos demais países do Mercosul;
- isenções na proporção de 1,5/1, ou seja, para cada US\$ 1,5 exportado seria permitida a importação de US\$ 1,0 com alíquotas reduzidas.

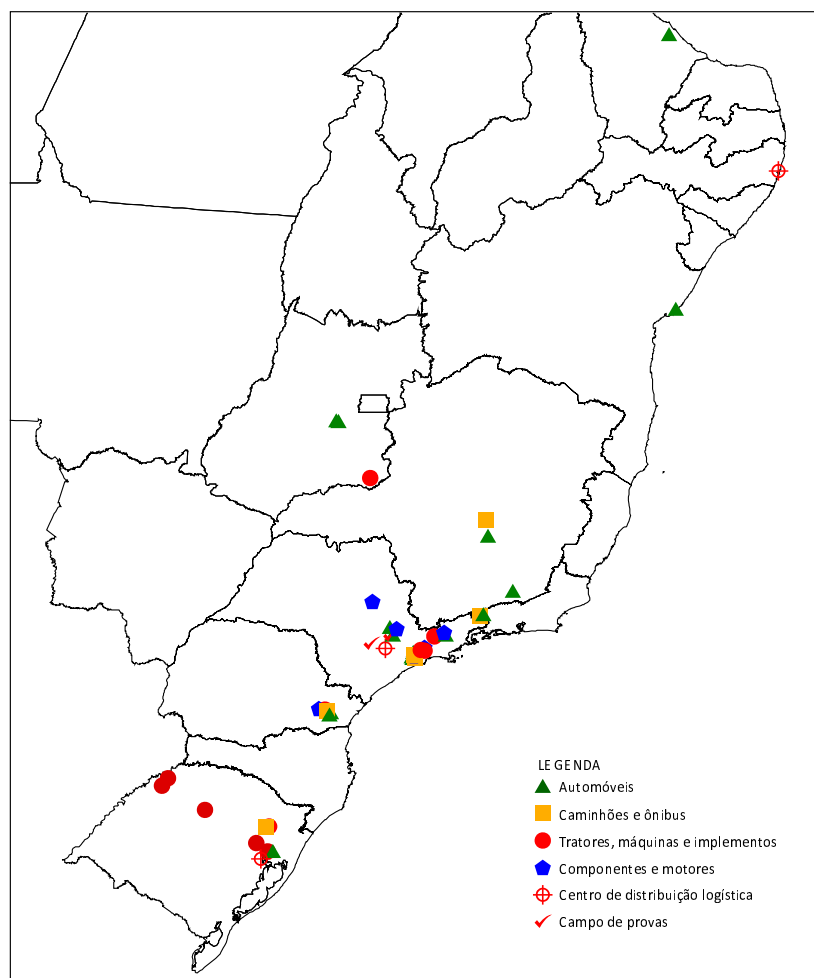
Tendo em vista o virtual fechamento do mercado nacional para empresas que não detivessem plantas para fabricação no país, foram anunciadas por diversos fabricantes intenções de investimentos para a abertura de fábricas, o que levou os estados à guerra fiscal. As novas fábricas, de modo geral, se instalaram em áreas que podiam ser chamadas de *greenfields* para a indústria automotiva, ou seja, regiões sem tradição industrial, que apresentam vantagens como ausência de sindicatos fortes e organizados e mão de obra mais barata que a dos polos consolidados (Região Metropolitana de São Paulo e de Belo Horizonte).

Neste processo, houve a entrada de vários novos fabricantes, como o retorno do grupo Chrysler ao Brasil, com a fábrica em Campo Largo - PR, a Renault, em São José dos Pinhais - PR, o grupo PSA (detentor das marcas Peugeot e Citroën) em Porto Real - RJ e a Mitsubishi, em Catalão-GO, além da construção de novas fábricas pelos grupos já instalados no país, como a da Volkswagen, em São José dos Pinhais - PR e em Resende-RJ (esta para fabricação de caminhões), General Motors, em Gravataí-RS, Ford, em Camaçari-BA e Mercedes-Benz, em Juiz de Fora - MG. A Toyota e a Honda também ergueram novas plantas no país, mas não foram beneficiadas diretamente pelo NRA, instalando-se em Indaiatuba e Sumaré, ambas no Estado de São Paulo.

Contudo, nem todos estes investimentos resistiram à crise do final da década de 1990, quando houve a maxidesvalorização da moeda nacional e a queda nas vendas de automóveis no Brasil. Alguns fabricantes encerraram suas operações, como a fábrica da Dodge em Campo Largo - PR, ou operaram muito abaixo de sua capacidade produtiva durante vários anos, com o caso da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora. O fato é que os investimentos realizados a partir do NRA mudaram o mapa da indústria automobilística nacional, tornando-a muito mais desconcentrada no país.

A título de ilustração, pode-se destacar que em 1990 o Brasil produziu, de acordo com os dados da Anfavea, 914.466 veículos, dos quais 74,8% em São Paulo, 24,5% em Minas Gerais, 0,5% no Paraná e 0,2% no Rio Grande do Sul. Em 2010, a produção atingiu 3.646.133 veículos, dos quais 47,9% foram produzidos em São Paulo, 21,6% em Minas Gerais, 11,6% no Paraná, 6% no Rio de Janeiro, 5,7% na Bahia, 5,6% no Rio Grande do Sul e 1,7% em Goiás. São Paulo, apesar de continuar preponderante, passou a dividir espaço com novas áreas produtoras de veículos, espalhadas por todo o país (mapa 1).

MAPA 1 - INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL - 2009



FONTE: ANFAVEA

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A expansão relativamente consistente da economia brasileira na segunda metade da década de 2000 levou a um crescimento da renda e do crédito num ambiente com inflação baixa e contas públicas bem ajustadas. Desta forma, o mercado de automóveis voltou a crescer de forma acelerada, atingindo sucessivos recordes de vendas, com um grande crescimento da produção nacional. Deve-se observar que esta expansão ficou ancorada no aproveitamento dos investimentos realizados durante o NRA, que havia elevado a capacidade da indústria nacional para algo próximo dos atuais 4,3 milhões de unidades. Tendo em vista que em 2010 foram produzidos 3,381 milhões de veículos montados e 264 mil em regime CKD¹, pode-se inferir que, atualmente, a indústria automobilística trabalha com um índice próximo de 80% da capacidade instalada, padrão elevado para a indústria em geral.

Diante deste cenário, que prospecta a continuidade do crescimento do mercado interno, dado o ainda reduzido grau de motorização da população brasileira, diversas empresas anunciaram investimentos em ampliação da capacidade produtiva das fábricas existentes, além da instalação de novas plantas industriais. Esse contexto motivou a entrada de novas marcas no mercado nacional, com destaque para os chineses da JAC Motors e Chery, e o grupo coreano Hyundai. Como na época do NRA, vários destes investimentos estão previstos para áreas que podem ser consideradas *greenfields*.

Esse novo *boom* é ressaltado ainda pelas novas fábricas da Toyota, Nissan e Fiat, todas voltadas à produção de veículos compactos que, em conjunto com as chinesas e coreanas, adicionarão 870 mil veículos à capacidade de produção nacional. Estas fábricas estarão localizadas em municípios onde atualmente não há produção automobilística (com exceção da Nissan, em Resende-RJ), sendo que a Fiat irá instalar sua nova unidade em Pernambuco. Somando os demais investimentos em ampliação, como na fábrica da Fiat em Betim-MG, cuja capacidade será ampliada em 150 mil veículos e no complexo industrial Ayrtton Senna, da Renault, que anunciou uma expansão da ordem de 180 mil veículos, chega-se a 1,2 milhões. A Anfavea, contudo, afirma que a capacidade nacional de produção será ampliada em 2 milhões de unidades até 2014, considerando um aumento de mais 800 mil veículos da parte dos outros fabricantes, como a General Motors, a Volkswagen, a Ford e o grupo PSA (quadro 1).

QUADRO 1 - INVESTIMENTOS ANUNCIADOS NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

TIPO DE INVESTIMENTO	GRUPO	TIPO	LOCALIZAÇÃO	INVERSÃO	CONCLUSÃO	CAPACIDADE
Fábrica	JAC motors	Automóveis	Camaçari-BA	R\$ 900 milhões	2014	100.000
Fábrica	Toyota	Automóveis	Sorocaba-SP	R\$ 600 milhões	2012	70.000
Fábrica	Nissan	Automóveis	Resende-RJ	R\$ 2600 milhões	n/d	200.000
Fábrica	Hyundai	Automóveis	Piracicaba-SP	US\$ 600 milhões	2012	150.000
Fábrica	Chery Automobile	Automóveis	Jacarei-SP	US\$ 400 milhões	2013	150.000
Fábrica	Fiat	Automóveis	Suape-PE	R\$ 3000 milhões	2014	200.000
Ampliação	Fiat	Automóveis	Betim-MG	R\$ 7000 milhões	2011-2014	150.000
						120.000 motores e 200.000 cabeçotes
Fábrica	GM	Motores	Joinville	R\$ 350 milhões	2012	
			São José dos			
Ampliação	Renault	Automóveis	Pinhais - PR	R\$ 500 milhões	2014	180.000
Ampliação	Hyundai	Utilitários	Anápolis-GO	R\$ 600 milhões	2011	n/d
Ampliação/ Modernização	Ford	Automóveis	n/d	R\$ 4500 milhões	2014	n/d
Fábrica	Foton Motors	Caminhões Leves	n/d	US\$ 500 milhões	2014	n/d
Fábrica	Stara	Tratores	n/d	R\$ 75 milhões	2016	n/d
Ampliação	Mercedes-Benz	Automóveis	Juiz de Fora - MG	R\$ 460,9 milhões	n/d	n/d
		Complexo				
Modernização	Marcopolo Internations	Automotivo	n/d	R\$ 95,7 milhões	2011-2015	n/d
Fábrica	Trucks/Caterpillar	Caminhões	n/d	n/d	2012	n/d
Ampliação	MWM	Motores	n/d	US\$ 76 milhões	n/d	24.000
Fábrica	Lifan/Effa	Automóveis	n/d	US\$ 100 milhões	n/d	10.000

¹ *Completely Knocked Down* (completamente desmontados).

FONTES: BRADESCO; JAC MOTORS; FORD

No caso da concretização de todos estes investimentos, é esperado um crescimento da participação relativa de São Paulo na produção nacional de veículos automotores, uma vez que parte considerável destas inversões em ampliação e construção de novas fábricas está localizada nesta unidade da Federação. Do mesmo modo, deverá ocorrer crescimento da participação do Rio de Janeiro, com o acréscimo de 200 mil unidades por parte da Nissan. O Estado de Pernambuco entrará no mapa da indústria automobilística nacional, e a futura fábrica da JAC Motors, que se instalará em Camaçari, na Bahia, aumentará ainda mais a produção fora do núcleo tradicional da indústria automobilística. Este aumento da produção no Nordeste brasileiro, em médio prazo, pode inclusive favorecer a competitividade, viabilizando, por exemplo, o frete de retorno para a navegação de cabotagem voltada ao transporte de veículos, que hoje se dá predominantemente por terra.

O Paraná também tem desfrutado deste novo ciclo de investimentos, com a ampliação da fábrica da Renault, a construção da fábrica de pneus da Dunlop, em Fazenda Rio Grande, além da possível ampliação da unidade da Volkswagen, ainda em negociação. Deste modo, a indústria automobilística deverá manter seu papel de destaque no crescimento da produção do Estado, consolidando a posição do Paraná como quarta economia industrial do país.

O extraordinário desempenho do comércio de veículos de carga no Brasil, caminhões em particular, tem estimulado grandes investimentos das empresas aqui instaladas e a entrada de multinacionais interessadas em participar de um dos poucos mercados com potencial de crescimento nos próximos anos. Para o incremento das vendas – e da produção – nacionais, contribuíram diversos fatores estruturais e conjunturais: elevação no nível de atividade econômica, crescimento na oferta de crédito, redução nas taxas de juros, envelhecimento da frota e legislação ambiental mais rigorosa.

Contribuição decisiva foi dada pela valorização global de *commodities* minerais e agropecuárias em anos recentes, associada à dependência brasileira do transporte rodoviário, a despeito de pontuais avanços na infraestrutura ferroviária.

O mercado brasileiro de caminhões tende a se tornar o mais competitivo do mundo. A maioria das dez empresas instaladas no País planeja expandir sua produção. Multinacionais entusiasmadas após testes de aceitabilidade com veículos importados investem em plantas locais ou realizam estudos de viabilidade para tanto.

O financiamento à compra de veículos de carga através do Finame, programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), registrou nos cinco primeiros meses de 2011, em comparação com o mesmo período do ano passado, crescimento de 7% no volume de desembolsos. Ainda nesses períodos, a elevação na demanda de financiamento por microempresas (24%) foi particularmente significativa.

De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção nacional de caminhões pesados e semipesados recuperou-se em 2010, após a retração de 2009, provocada pela crise financeira internacional. Em 2008, foram produzidos 53.896 semipesados e 59.864 pesados. Em 2009, a produção foi, respectivamente, de 40.195 e 31.878 unidades. No ano passado, a indústria alcançou patamar de produção sem precedente: 63.043 semipesados e 61.064 pesados. A exportação de caminhões não retomou os patamares pré-crise, mas a combinação de desaquecimento dos mercados consumidores e câmbio desfavorável respondem pela titubeante recuperação.

A Foton Motors escolheu o Brasil para montar sua primeira fábrica fora da China, onde reúne 11 plantas. Os primeiros caminhões da empresa vendidos no País devem ser importados, mas planeja-se investir US\$ 500 milhões na produção local. A companhia estima que a unidade industrial – sem local definido – comece a operar em 2014. Nos próximos cinco anos, a Foton também investirá na construção de uma rede de aproximadamente 80 concessionárias.

A multinacional norte-americana Paccar decidiu instalar uma fábrica em Ponta Grossa, no Paraná, para produzir veículos de carga com a marca DAF, empresa holandesa que controla. Estima investir US\$ 200 milhões na iniciativa.

A General Motors (GM) estuda retomar a venda de caminhões no Brasil, interrompida com o encerramento da produção, em 2000, na planta de São José dos Campos (SP). A empresa comercializava esses veículos com a marca GMC. Uma vez que a GM passou a produzir caminhões na Venezuela em 2010, há a possibilidade de que os importe desse país, em processo de admissão ao Mercosul. Atualmente em negociação, um acordo comercial entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações também pode reduzir tarifas aduaneiras e possibilitar a entrada no Brasil desses veículos venezuelanos a preços competitivos.

A MAN SE, multinacional alemã, adquiriu há mais de dois anos a divisão brasileira de caminhões e ônibus da Volkswagen. Nesse período, a fábrica em Resende (RJ), inaugurada em 1996, passou a produzir diariamente 150 unidades a mais – atualmente, são 320 caminhões. Ironicamente, na Alemanha, a Volkswagen passou a deter, desde julho, participação majoritária da MAN SE. A Volkswagen também possui o controle acionário de outra tradicional fabricante de caminhões, a Scania. Fundada na Suécia, a Scania produz localmente desde 1958 e projeta o lançamento de veículos movidos a etanol.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Desde 2009, a MAN SE investiu cerca de R\$ 300 milhões na produção local de motores e desenvolvimento de novas linhas. A empresa também possui participação na companhia chinesa Sinotruk, que avalia a viabilidade de fabricar seus caminhões no País. A companhia importa seus veículos desde 2009. Os planos da Sinotruk, inicialmente, contemplavam a fabricação local a partir de 2015, mas há a possibilidade de que antecipe o cronograma de implantação.

A Mercedes-Benz alocou R\$ 450 milhões na conversão de sua planta em Juiz de Fora (MG), que produzirá apenas caminhões a partir do próximo ano. Estima-se que sua capacidade de produção alcance 50 mil unidades anuais. A companhia conta com outra linha de produção em São Bernardo do Campo (SP), onde fabrica 65 mil veículos por ano. Essa unidade industrial, implantada há 56 anos, pela primeira vez opera em três turnos de trabalho. A partir de 2012, a expectativa é de produzir 15 mil veículos a mais. A companhia planeja investir R\$ 1,5 bilhão no quadriênio 2010-2013. O Brasil tornou-se o principal mercado da montadora, demandando mais caminhões que Alemanha e Turquia combinados.

De acordo com o Relatório Anual da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) do ano passado, a idade média da frota de caminhões leves (capacidade de carga entre 3,5 e 7,99 toneladas) é de 13,1 anos. Caminhões simples, com capacidade entre 8,0 e 29,0 toneladas, possuem idade média de 16,4 anos.

A utilização de diesel com 50 partes por milhão de enxofre (S-50), que se arrasta desde 2002, poderia ter gerado um movimento mais consistente de renovação da frota – se concatenado com um programa de financiamento mais robusto (e que levasse em consideração as dificuldades de transportadores autônomos em comprovar renda) e com maior celeridade da Petrobras na expansão da oferta do combustível. A indústria cumpriu sua parte, ainda que com modorra, desenvolvendo motores adequados ao novo diesel.

A implantação do diesel S-50 faz parte de um programa mais amplo de adoção de padrões menos bárbaros de emissão de poluentes, denominado Euro V, e garantirá redução de projeção de enxofre, óxido de nitrogênio e monóxido de carbono na atmosfera, mesmo quando utilizado em motores antigos. Estima-se que os veículos compatíveis com o Euro V custem aproximadamente 10% a mais que os modelos atuais. A regulamentação entrará em vigor a partir do próximo ano, o que tem estimulado demanda pelos modelos defasados, mais baratos.

O crescimento e a modernização da frota, associados à elevação da capacidade de carga, exigirão do poder público e de concessionárias investimentos na infraestrutura das estradas. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado em outubro, mais de 70% do transporte de cargas do Brasil é realizado através de rodovias. Em outra publicação deste ano, o IPEA estimou que seria necessário montante de R\$ 183,5 bilhões para recuperação e adequação de pontos críticos na malha rodoviária brasileira. Até 2014, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) planeja investir R\$ 21 bilhões na melhoria de 56 mil quilômetros de rodovias federais. De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o volume de recursos alocado pelas empresas do setor, em 2010, chegou a R\$ 3,5 bilhões – cifras muito aquém do montante necessário, portanto.

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E EMPREGO NA INDÚSTRIA PARANAENSE EM 2011

Ricardo Kureski*

A indústria de transformação paranaense vem apresentando forte ascensão na produção em 2011, dando continuidade ao excelente desempenho de 2010, quando foi registrado crescimento de 14,2%. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede o crescimento da produção industrial, apontou crescimento de 7,0% em agosto, na comparação com o mês de julho. Na tabela 1, observa-se que apenas os estados do Paraná, Rio de Janeiro (4,3%), Santa Catarina (1,9%) e Ceará (1,5%) obtiveram resultados positivos entre as 13 unidades da Federação pesquisadas em agosto.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - PRODUÇÃO FÍSICA - 2011

ESTADO	TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	Ago.-Jul. ⁽¹⁾	Acumulado Jan.-Ago./2011 ⁽²⁾	Acumulado 12 Meses ⁽³⁾
Amazonas	-4,5	2,0	2,6
Pará	-1,2	2,5	5,3
Ceará	1,5	-14,4	-10,3
Pernambuco	-3,0	-2,4	-0,7
Bahia	-1,9	-4,2	-3,6
Minas Gerais	-1,1	1,7	3,7
Espírito Santo	-6,4	9,2	8,7
Rio de Janeiro	4,3	1,5	2,7
São Paulo	-0,1	2,3	2,9
Paraná	7,0	4,8	5,8
Santa Catarina	1,9	-4,6	-2,7
Rio Grande do Sul	-1,5	1,7	1,4
Goiás	-6,6	5,0	8,2
Brasil	-0,2	1,4	2,3

FONTE: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Indústria

(1) Com ajuste sazonal, em comparação a julho de 2011.

(2) Em comparação ao mesmo período de 2010.

(3) Em comparação aos 12 meses anteriores.

Nos acumulados dos primeiros oito meses de 2011 e dos últimos doze meses, o Paraná é superado apenas por Espírito Santo e Goiás, com expansão de 4,8% no período de janeiro a agosto deste ano. A indústria paranaense vem sendo impulsionada pelo segmento de veículos automotores, que cresceu 25,2%. Isto se deve à produção das fábricas da Renault, Volkswagen e Volvo, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que têm desfrutado do crescimento do mercado nacional de veículos. Destacam-se também, com trajetória positiva, os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,5%), refino de petróleo e álcool (12,1%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (10,9%) – tabela 2.

Por outro lado, ainda no acumulado deste ano, podem ser verificados resultados negativos nos segmentos de edição, impressão e reprodução de gravações (-15,2%), mobiliário (-6,0%) e máquinas e equipamentos (-4,0%). No primeiro caso, o fraco desempenho reflete a alta base de comparação com o mesmo período do ano anterior, quando o segmento de edição e impressão obteve crescimento expressivo em função da demanda gerada no período eleitoral. Para o segmento de mobiliário, a queda resulta de fatores como o câmbio valorizado e demanda externa em desaquecimento. Por fim, no caso de máquinas e equipamentos, a baixa na produção se explica pela desaceleração percebida na indústria nacional, que tende a reduzir os investimentos, sendo este um dos primeiro segmentos afetados.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARANÁ - JAN-AGO - 2011

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIAÇÃO (%)
Indústria de transformação	4,8
Alimentos	0,6
Bebidas	0,0
Madeira	4,6
Celulose, papel e produtos de papel	0,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	-15,2
Refino de petróleo e álcool	12,1
Outros produtos químicos	3,2
Borracha e plástico	3,9
Minerais não-metálicos	5,7
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	10,9
Máquinas e equipamentos	-4,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	21,5
Veículos automotores	25,2
Mobiliário	-6,0
INDÚSTRIA GERAL	4,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

NOTA: Índice acumulado (Base: igual período do ano anterior = 100).

Avaliando a expansão do pessoal ocupado na indústria, a posição do Paraná também é de destaque, tendo em vista a variação de 5,3% no acumulado de janeiro a agosto de 2011. Este foi o melhor resultado do Brasil, cuja média ficou em 1,6%, explicada pelo resultado negativo de São Paulo (-0,3%). O resultado paranaense foi influenciado pela indústria de alimentos e bebidas, segmento intensivo em mão de obra com grande participação no Estado, que alcançou expansão de 12% no pessoal ocupado assalariado.

A produção de meios de transporte também alavancou a criação de novos postos de trabalho, com incremento de 13,2% nos vínculos remunerados. Ademais, outros segmentos obtiveram significativo aumento no emprego, como máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (24,1%), produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (17,1%) e fabricação de outros produtos da indústria de transformação (14,1%) – tabela 3.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA - PARANÁ - JAN-AGO 2011

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%)
Indústrias extrativas	-6,5
Indústria de transformação	5,3
Alimentos e bebidas	12,0
Fumo	7,4
Têxtil	4,2
Vestuário	-5,1
Calçados e couro	-11,8
Madeira	-10,0
Papel e gráfica	4,7
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-5,8
Produtos químicos	0,5
Borracha e plástico	-0,8
Minerais não-metálicos	1,2
Metalurgia básica	6,1
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	17,1
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-6,3
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	24,1
Fabricação de meios de transporte	13,2
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	14,1
INDÚSTRIA GERAL	5,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice acumulado (Base: igual período do ano anterior = 100).

O resultado geral para a indústria de 5,3% na expansão do emprego poderia ter sido ainda mais expressivo se atividades industriais intensivas em mão de obra, como madeira, vestuário e calçados e couro, não tivessem apresentado decréscimo na geração de emprego. Estes segmentos têm sofrido as consequências da desaceleração econômica em nível nacional e internacional, uma vez que suas vendas são prejudicadas tanto pelo câmbio valorizado quanto pelo desaquecimento da demanda internacional. Entretanto, a indústria paranaense tem-se destacado ao longo deste ano, visto que os segmentos líderes no Estado continuam se beneficiando dos altos preços internacionais das *commodities* agrícolas e da demanda interna aquecida por veículos automotores.

AGROINDÚSTRIA

Unifrango investe em Apucarana

O grupo Unifrango, que reúne 17 abatedouros de aves no Paraná, construirá um centro de armazenamento e distribuição no município de Apucarana, na região Norte Central do Estado. O complexo terá capacidade de estocar 25 mil toneladas de carne e deve começar a funcionar no início do próximo ano.

As empresas que compõem o grupo produzem 2,2 milhões de ovos e abatem 2 milhões de frangos diariamente. Aproximadamente 30% da carne é destinada à exportação. A entidade registrou faturamento de cerca de R\$ 500 milhões no ano passado e espera que esse número cresça 8% em 2011.

LIMA, Marli. Unifrango investe em armazenagem e distribuição. Valor Econômico, São Paulo, 02 set. 2011. Empresas, p.B12.

Cooperativa agrária investe no processamento de milho

Sediada no município de Guarapuava, na região Centro-Sul paranaense, a Cooperativa Agrária investirá R\$ 124 milhões na construção de fábrica capaz de processar 180 mil toneladas de milho anualmente. Estima-se que a unidade entre em operação no início de 2013 e produza creme de milho, fubá e insumos para indústrias de cerveja e de rações para animais.

Na safra 2011-2012, a Agrária estima que seus 550 associados colherão 400 mil toneladas de milho. A cooperativa, que registrou faturamento de R\$ 1,09 bilhão no ano passado, também é grande produtora de cevada, soja e trigo. Conta com moinho de trigo, esmagadora de soja e com a maior maltaria do País. A Agrária planeja investir no processamento de carnes e em hortifruticultura. Também estuda a expansão de sua atuação para outras unidades da Federação, à medida que cooperados adquiram terras fora do Paraná.

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Agrária vai processar milho a partir de 2013. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 out. 2011. p.24.

LIMA, Marli. Agrária, do Paraná, tenta diversificar operações. Valor Econômico, São Paulo, 09 set. 2011. Empresas, p.B12.

INDÚSTRIA

Fábrica de caminhões em Ponta Grossa

A companhia norte-americana Paccar, fabricante de caminhões, investirá R\$ 342 milhões na construção de indústria no município de Ponta Grossa (região Centro-Oriental paranaense). Estima-se que a planta será inaugurada no primeiro semestre de 2013, com capacidade de produção de 20 mil veículos por ano.

A unidade produzirá modelos da marca holandesa DAF, controlada pela Paccar, capaz de transportar cargas acima de 10 toneladas.

SILVA, Maria Gizele. Paccar assina hoje protocolo de fábrica em Ponta Grossa. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 set. 2011. p.20.

SILVA, Maria Gizele. Paccar/Daf vai investir R\$ 342 mi no Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 set. 2011. p.18.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/09/2011 a 31/10/2011.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Positivo Informática investe R\$ 400 milhões em nova linha de produtos

A Positivo Informática produzirá na sua planta localizada em Curitiba quatro modelos de *tablets* (computadores portáteis sem teclado físico). A empresa investiu cerca de R\$ 400 milhões no desenvolvimento da nova linha de produtos, ao longo de 20 meses, e planeja expandir sua produção para a fábrica que possui em Manaus (AM).

A companhia também investiu na renovação de seus modelos de computadores de mesa e *notebooks*, produzidos em suas unidades brasileiras e na Argentina, em parceria com a indústria local BGH.

BALDRATI, Breno. Positivo lança tablet a partir de R\$ 999. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 set. 2011. p.25.

PETRY, Rodrigo. Positivo entra na briga do mercado de tablets. *O Estado de S. Paulo*, 21 set. 2011. Economia, p.B16.

Renault acrescenta R\$ 500 milhões a seu plano de expansão

A companhia automobilística Renault, de capital francês, acrescentará R\$ 500 milhões ao seu plano de expansão no Brasil. O projeto de investimento da empresa no Brasil previa a alocação de R\$ 1 bilhão no seu complexo, localizado em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), entre 2010 e 2013.

Com o novo aporte de capital, a Renault planeja elevar a capacidade de produção da unidade, de 280 para 380 mil veículos por ano. A empresa tem a intenção de construir no complexo paranaense um centro de engenharia. Deste centro de pesquisa e criação, tem a expectativa de desenvolver cerca de 13 modelos até 2016. A empresa projeta a elevação do nível de nacionalização de seus produtos, atualmente superior a 65%, para 90% do valor do veículo. No Paraná, há 55 empresas fornecedoras da companhia.

FADEL, Evandro. Renault investe mais R\$ 500 milhões no PR. *O Estado de S. Paulo*, 06 out. 2011. Economia, p.B14.

PITTHAN, Júlia. Renault investirá R\$ 1,5 bilhão no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 out. 2011. Empresas, p.B9.

Klabin planeja nova fábrica

A Klabin planeja a construção de uma nova fábrica no Paraná, voltada à produção de fibras longas e curtas. As fibras longas, geradas através do processamento de pinus, deverão ser utilizadas pela própria empresa na expansão de sua fabricação de papel-cartão. Estima-se que a nova unidade deverá ser capaz de produzir, anualmente, 1,3 milhão de toneladas de fibras longas, assim como 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto.

O local da nova fábrica ainda não foi definido. A Klabin está sediada no município de Telêmaco Borba, na região Centro-Oriental paranaense. A última expansão dessa unidade, concluída em 2008, exigiu montante de R\$ 2,2 bilhões. Especula-se que a nova fábrica começará a funcionar em 2015 e demandará investimentos de R\$ 5,8 bilhões, entre edificação, máquinas e plantio de madeira.

FONTES, Stella; LIMA, Marli. Klabin quer montar nova fábrica no PR. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 out. 2011. Empresas, p.B10.

RIOS, Cristina. Klabin planeja investir R\$ 5,8 bilhões no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 out. 2011. p.20.

SanDisk e TMT inauguram fábrica em Londrina

A fabricante de memórias para computadores TMT Memory Group, sediada em Londrina (região Norte Central paranaense), firmou parceria com a companhia norte-americana SanDisk para a construção de uma indústria nesta cidade. Inaugurada no final de outubro, a unidade ocupa 1,5 mil metros quadrados e possui capacidade instalada de produção mensal de 3 milhões de *pen drives* (modelos portáteis de memória). Inicialmente, planeja-se produzir 1 milhão de unidades por mês.

As empresas investiram US\$ 45 milhões na planta de Londrina, que teve o terreno doado pela prefeitura local. No próximo ano, a fábrica deverá diversificar a linha de produtos: cartões de memória para máquinas fotográficas e celulares, bem como discos rígidos, nela deverão ser montados. A SanDisk projeta a construção de mais uma unidade industrial no município, sem a participação de outros investidores. Estima-se que serão investidos cerca de US\$ 80 milhões, entre instalações e equipamentos.

BOUÇAS, Cibelle. Sandisk elege Brasil para abrir fábrica de pen drive. Valor Econômico, São Paulo, 26 out. 2011. Empresas, p.B2.

GONÇALVES, Juliana. SanDisk investe US\$ 45 milhões para produzir pen drives em Londrina. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 out. 2011. p.20.

SERVIÇOS

Projeto de expansão da Sanepar será financiado pelo BNDES

O projeto de expansão e modernização de abastecimento de água e esgoto da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) receberá financiamento de R\$ 134,6 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os planos contemplam ampliação das redes na Região Metropolitana de Curitiba (Rio Branco do Sul e capital), assim como nas regiões Norte Central do Estado (Apucarana, Londrina e Maringá), Noroeste (Paranavaí e Umuarama), Oeste (Cascavel e Foz do Iguaçu) e Sudeste (Prudentópolis).

A Sanepar atua em 344 dos 399 municípios do Paraná e planeja investir R\$ 1,7 bilhão até 2013.

BNDES vai financiar R\$ 134 mi para Sanepar. Gazeta do Povo, Curitiba, 29 set. 2011. p.18.

JASPER, Fernando. Sanepar planeja ampliar atuação. Gazeta do Povo, Curitiba, 19 set. 2011. p.17.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	39 230	189 245	4 824	31 175	793 754	25 461

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	75 028	110 323	1 470	649 978	50 947 070	78 413	51 062	189 716	3 719

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011 ⁽¹⁾	520 946	814 602	1 564	184 153	4 194 551	22 785	2 495 039	12 300 738	4 930

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	369	971	2 631	4 554 867	15 426 708	3 387	1 031 792	2 411 488	2 412

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	225 476	27 639	42 257
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	232 068	28 791	43 956
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	228 155	30 774	45 041
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	245 922	28 951	47 393
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	233 291	27 815	46 412
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	232 140	31 644	46 126
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	224 600	31 111	46 455
2004	1 557 656	276 808	340 645	Novembro	221 656	27 764	45 675
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2006	1 856 538	316 897	390 394	2011 ⁽¹⁾	1 392 440	136 905	283 504
2007	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	228 175	21 329	45 270
2008	2 480 908	279 609	454 340	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
2009	2 489 061	282 220	509 156	Março	248 135	23 633	51 843
2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514	Abril	218 169	22 487	43 411
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Maio	237 488	25 059	50 548
Fevereiro	202 095	22 914	38 992	Junho	233 006	23 759	46 637
Março	239 997	28 977	43 854				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maio	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	6 270 744	47,55	1 851 801	14,04	4 783 018	36,27	281 336	2,13	13 186 900
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Maio	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	13 186 900	13 675 107	- 488 207	189 998 955	166 964 552	23 034 403
Janeiro	864 680	1 283 563	- 418 883	15 214 353	14 816 020	398 395
Fevereiro	1 027 035	1 175 122	- 148 087	16 732 470	15 537 778	1 195 118
Março	1 327 415	1 348 420	- 21 005	19 285 977	17 734 620	1 551 329
Abril	1 567 543	1 454 549	112 994	20 172 977	18 312 359	1 859 932
Maio	1 701 132	1 679 663	21 469	23 208 657	19 688 507	3 519 650
Junho	1 741 126	1 651 756	89 369	23 689 079	19 259 823	4 429 264
Julho	1 495 684	1 452 925	42 759	22 251 877	19 118 379	3 134 441
Agosto	1 823 353	1 879 594	- 56 242	26 158 507	22 285 515	3 873 796
Setembro	1 638 932	1 749 514	- 110 582	23 285 058	20 211 550	3 073 508

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai./10
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73	136,39	126,95	125,96
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67
ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Jun./10	Jul./10	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11
Combustíveis e lubrificantes	87,49	94,39	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	84,58	84,65	80,85	88,89	78,22	82,4	83,68	86,53	91,39
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	126,80	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	137,11	133,52	125,55	137,1	150,43	129,71	134,71	143,97	141,9
Hipermercados e supermercados	125,09	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	135,40	132,04	123,89	135,48	148,65	127,88	132,99	142,14	140,09
Tecidos, vestuário e calçados	115,07	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	112,49	109,77	93,38	105,79	120,11	128,98	117,64	110,83	113,38
Móveis e eletrodomésticos	207,22	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	248,63	266,44	224,76	231,96	227,69	288,84	228,88	258,11	262,37
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	213,16	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	243,26	224,61	217,08	245,63	231,2	252,46	251,55	258,59	264,96
Livros, jornais, revistas e papeleria	126,30	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	136,08	157,25	168,67	134,43	120,38	135,84	122,33	121,93	127,82
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 505,54	1 110,25	1 189,07	1 302,13	1 227,86	1 737,53	1 859,11	1 806,37	1 812,03
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	240,84	246,05	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	246,39	235,33	209,89	233,48	248,04	247,96	257,95	260,39	278,06
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	141,56	147,66	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	152,53	149,75	137,88	149,55	155,16	155,68	151,53	159,57	161,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2011

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6	150,3	126,9
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	79,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	119,7
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	65,4
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,4	144,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	347,6
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	91,7
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	85,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,5	129,1	131,3
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	110,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	105,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	154,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	131,0	114,3
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	254,3
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	90,1

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11
Indústria de transformação	123,6	168,9	140,3	164,4	161,7	162,8	149,4	159,5	147,2	158,0	140,7	156,9	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2
Alimentos	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	138,9	133,1	121,7	122,9	95,8	116,8	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2
Bebidas	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1	105,7	125,3	149,0	162,4	161,0	175,4	129,6	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2
Madeira	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	83,5	74,3	83,9	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,6
Celulose, papel e produtos de papel	127,2	150,9	137,6	145,7	113,6	145,5	139,4	141,2	138,5	147,4	141,0	139,0	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	457,4	437,6	395,8	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8
Refino de petróleo e álcool	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	84,3	99,5	99,8	93,9	101,3	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,2
Outros produtos químicos	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	75,9	43,8	69,6	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6
Borracha e plástico	125,9	144,3	114,2	120,3	130,1	138,4	131,6	129,9	132,1	131,1	119,7	134,6	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	150,5
Minerais não metálicos	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	138,1	127,7	133,6	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	129,1	127,5	128,8	126,0	111,0	132,1	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,3
Máquinas e equipamentos	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	190,9	160,5	169,3	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	150,3	134,7	151,5	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,4
Veículos automotores	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0	366,0	365,2	318,9	338,5	316,9	298,5	392,9	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6
Mobiliário	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3	101,3	113,4	115,4	114,2	121,8	117,4	98,0	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	104,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai./10	Jun./10
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8	103,5	104,3	104,5
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2	103,9	104,7	104,9
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0	150,9	152,2	154,1
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	164,9
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	92,3
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,3
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	232,1
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	127,9
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5	104,1	107,7	109,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	Jul./10	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11
Indústria geral	104,7	104,7	105,4	106,4	105,9	103,9	109,0	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6	111,8	111,7
Indústrias extrativas	72,9	73,4	73,3	72,3	70,2	69,6	67,1	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4	65,9	66,4
Indústria de transformação	105,1	105,1	105,8	106,8	106,3	104,3	109,5	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1	112,4	112,3
Alimentos e bebidas	154,2	153,2	154,8	157,8	154,9	154,1	170,1	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6	182,3	181,8
Fumo	103,1	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3	216,4	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8	100,4	98,2
Têxtil	85,6	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2	86,4	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2	86,6	86,1
Vestuário	92,9	92,6	91,8	92,6	91,8	88,6	89,2	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2	88,7	89,3
Calçados e couro	106,3	105,0	104,1	102,3	98,3	92,0	92,7	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6	95,8	93,1
Madeira	34,4	33,8	33,5	33,1	32,9	32,1	31,0	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3	30,4	30,2
Papel e gráfica	130,4	131,0	133,9	136,6	136,7	134,7	134,3	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8	137,5	134,9
Refino de petróleo e combustíveis	232,2	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8	237,9	232,3
Produtos químicos	100,8	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1	100,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5	102,9	103,3
Borracha e plástico	78,9	79,2	80,8	79,8	78,7	76,9	79,7	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7	79,3	79,7
Minerais não-metálicos	129,9	131,1	126,0	128,7	129,7	129,3	129,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3	132,2	132,4
Metalurgia básica	79,2	80,4	79,5	79,8	78,4	77,7	83,8	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5	84,1	84,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	111,0	113,2	120,1	120,6	123,1	114,0	125,4	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8	125,7	121,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	173,8	173,6	174,1	174,4	171,8	165,5	159,8	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2	152,4	152,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	110,5	112,2	113,7	114,5	116,7	116,8	134,8	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9	142,1	149,8
Fabricação de meios de transporte	150,0	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5	166,2	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9	172,0	172,5
Fabricação de outros produtos	60,1	60,1	60,8	62,0	62,1	62,9	67,4	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3	69,5	69,3

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Jan.-Set. 2011	39 336	15 442	23 708	54 104	5 272	-	137 862

FONTES: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009 ⁽³⁾	189 269	-1,20	3 185 125	-0,60
2010 ⁽³⁾	220 368	8,30	3 674 964	7,50
2011 ⁽⁴⁾	-	4,10	-	3,30

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

(4) Estimativa do IparDES para o Paraná. Mediana das expectativas de mercado do Boletim Focus, do Banco Central, para o Brasil.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
e Coordenação Geral